

ESCRITAS DA CIDADE: AS PICHAÇÕES NO COMBATE À DITADURA CIVIL-MILITAR

Thiago Nunes Soares

Graduando em História pela UFRPE, integrante do NIEL

thiagonsoares@hotmail.com

Orientadoras: Prof^ª. Dra. Valéria Severina Gomes – UFRPE, líder do NIEL

Prof^ª. Dra. Mari Noeli Kiehl Iapechino - UFRPE, líder do NIEL

Órgãos Financiadores: PIBIC/FACEPE/CNPq

RESUMO:

As pichações – escritas que refletem as tensões dos espaços urbanos – são utilizadas como forma de os sujeitos manifestarem suas reivindicações sócio-político-culturais. Os motivos de sua produção revelam o intuito de seus sujeitos-autores em expor o seu pensamento, em exigir melhores condições de vida, assim como em voltar os olhares da cidade a uma reflexão sobre o contexto vigente e o conteúdo dessas escritas, situação que impulsiona disputas territoriais. No presente trabalho, propomos, por meio de uma análise sócio-histórica e discursiva, fundada na História Cultural e na Análise do Discurso, contrapor os discursos dessas/sobre essas inscrições, sobretudo entre os anos de 1979 a 1985. Além disso, discorreremos sobre as práticas dos sujeitos-autores dessas inscrições em suas atividades nesse período. Para tanto, serão analisadas as documentações do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e da Fundação Joaquim Nabuco.

PALAVRAS-CHAVE: Pichações; cidade; ditadura civil-militar.

INTRODUÇÃO

As pichações são representativas dos sentidos da cidade, por simbolizarem as tensões urbanas vigentes, sendo utilizadas geralmente como forma de os seus sujeitos-autores manifestarem suas reivindicações sócio-político-culturais. As motivações e as formas de produção dessas escritas revelam as disputas por espaços para a exposição de pensamentos, para exigir melhores condições de vida, assim como para voltar os olhos da urbe a uma reflexão sobre os contextos de sua produção e os teores de suas mensagens. A opção pelo estudo dessas escritas na sociedade recifense dos anos de 1979 a 1985 deve-se ao fato de elas serem comuns em períodos de tensões sociais, nesse caso, um governo ditatorial no Brasil. Como forma de lutar também por meio de palavras, de forte cunho ideológico, elas incutiam significativamente no pensamento dos sujeitos-leitores de suas mensagens.

Dessa forma, poderemos perceber como essa linguagem de cunho essencialmente político, era um dos múltiplos mecanismos de lutas voltados, sobretudo contra o fim da Ditadura Civil-Militar. Essas inscrições não representavam apenas as realidades sociais e políticas desse momento, como também eram instrumentos de transformação do próprio contexto histórico.

OS SUSTENTÁCULOS DO ESTADO

Com a Guerra Fria, o cenário mundial, na segunda metade do século XX, tornou-se bipolar, diante da luta travada entre os EUA e a URSS. Acontecimentos como a Revolução Cubana (1959), a Guerra do Vietnã na década de 60 e o fim da Guerra da Argélia (1962) instigaram diversos segmentos sociais a se mobilizarem em prol da luta pela implantação de um regime socialista. Esses fatos históricos influenciaram bastante os movimentos de esquerda e o comunismo era a grande ameaça do mundo capitalista nesse período.

O início dos anos 60, no Brasil, foi marcado por significativas mudanças sociais. Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, houve uma tentativa dos militares em impedir a posse de João Goulart. Devido ao apoio da população brasileira, Jango consegue assumir o seu cargo de direito. Contudo, essa situação não perdurou.

Diante do surgimento de amplos movimentos populares em todo país e da ameaça de implantação das Reformas de Base desse governo, a classe média brasileira passou a ver seus interesses atingidos. Por outro lado, a Igreja Católica também temia a tomada do poder pelo “inimigo vermelho” - o comunismo - sendo proferidos, assim, discursos¹ que construíram negativamente a imagem desses sujeitos como ateus e “homens maus” e o sentimentos de medo numa população predominantemente católica (REIS, 2004: 29-52)².

Essas concepções comungavam dos ideais defendidos pela Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, que recebia influência dos EUA, tendo como base de seus ideais o binômio segurança e desenvolvimento. Com o golpe civil-militar de 1964, foi implantada uma Ditadura Civil-Militar. De acordo com Marcília Gama da Silva (2002: 24)³, o estado de exceção instalado no país de 1964 a 1985 “foi articulado por forças civis e militares representadas por diversos segmentos da sociedade”.

É nesse contexto, e legitimados por uma grande parcela da sociedade brasileira, que os militares ascendem ao poder, com a justificativa de salvaguardar o país em nome da defesa e da segurança nacional. É o início de um dos períodos de maior censura e violência de nossa história.

Diante dessa situação, múltiplos setores passaram a lutar cada vez mais pela redemocratização brasileira. Considerados subversivos e um perigo à ordem social pelos órgãos

de repressão, os agentes sociais passaram a ser ainda mais vigiados e punidos, generalizando-se o uso da tortura, prisões e assassinatos.

Quanto ao uso da tortura, ela foi

indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente à idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram os seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos. ⁴

Com relação à vigilância e a um maior conhecimento da sociedade, foi indispensável para o Estado a criação de diversos órgãos de informação e de segurança para o sustentáculo de suas ações repressivas, dentre eles, destaca-se o Departamento de Ordem Política Social (DOPS). Assim, o uso da *informação* é visto como:

recurso fundamental de monitoramento da sociedade, são identificadas as possíveis práticas de contestação/subversão, antecipando para os órgãos de segurança e de informação os possíveis focos que precisam ser controlados. A informação produz esteriótipos da subversão, cria o perfil do 'inimigo', ajuda a identificá-lo, elabora os controles, e atua, esquadrinhando os que se colocam contra o regime. ⁵

Ao longo do período militar, as pichações foram consideradas atividades ilegais. Elas são concebidas nesta pesquisa como escritas de cunho mais subversivo, denunciando os entraves sociais, abrangendo também outros temas: romantismo, ironia, propaganda. Nelas há linguagens e códigos próprios, às vezes apenas inteligíveis a alguns grupos e/ou sujeitos. A utilização do spray nessas escritas é preferencial, devido à precisão dos traços e a rapidez para realizar as inscrições, que podem ser feitas também com outros materiais e em diversos suportes. Essas escritas da cidade eram consideradas pelo Estado como um perigo iminente à ordem social, conforme revela a matéria a seguir:

A pichação é crime de ação popular, definido no Código de Urbanismo e Obras (Lei 7427/61), passível de punição prevista no Código penal, por implicar na dilapidação do patrimônio de terceiros. Embora não sejam identificados, existem casos de julgamento, como o caso da estudante Maria Izabel Pontes, presa quando foi flagrada escrevendo em um muro, em 1980, ditos políticos que a levaram ao enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Segundo Paulo Araújo, diretor do Serviço de Censura Estética da Prefeitura do Recife, (setor afeto à URB), é muito importante que a comunidade preste queixa dos casos de pichação, principalmente os proprietários dos imóveis prejudicados que são considerados responsáveis pela manutenção dos escritos, estando sujeitos a

multas, para cobrar das autoridades policiais diligências mais efetivas no sentido de conter a ação dos pichadores. ⁶

Como podemos perceber, os discursos do periódico reforçam a ilegalidade dessas escritas, tendo em vista a censura vigente, e apontam para a necessidade de vigiar e punir os seus sujeitos-autores, legitimando-se nas referidas leis, que limitavam as ações dos pichadores. Como forma de alertar ou para intimidar os autores dessas escritas do perigo iminente de exporem o seu pensamento nos muros da cidade, o jornal exemplifica o caso de uma estudante que foi apreendida por realizar pichações. O jornal ressalta que o proprietário do imóvel pichado é considerado responsável pela manutenção de sua propriedade e tem a obrigação de comunicar a existência dessas inscrições aos órgãos de repressão e de informação existentes, para evitar a cobrança de multas. Verificamos, ainda, pela data de aprovação da Lei 7427/1961, que essas escritas já eram consideradas um problema para a prefeitura de Recife, antes mesmo do período militar.

Essas leis são uma tentativa do Estado em normatizar para disciplinar os corpos dos sujeitos-autores dessas inscrições. Segundo Michel Foucault, “o exercício da disciplina supõe um jogo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam”. ⁷

A figura 1 revela um mapa, apreendido pelo DOPS, que foi e/ou poderia ter sido utilizado por um pichador para realizar as suas inscrições no bairro do Ibura, em Recife. Com esse documento, podemos visualizar a atuação desses sujeitos, visto que ele revela como esse tipo de atividade era planejado, levando-se em consideração o potencial de visibilidade das escritas e o direcionamento de suas mensagens. Nesse caso, o bloco de apartamentos é de moradores classe média e conhecemos as possibilidades de locomoção do autor, devido à proximidade com uma parada de ônibus, área que está circunscrita com uma seta apontada, indicando uma possível estratégia ou rota de fuga.

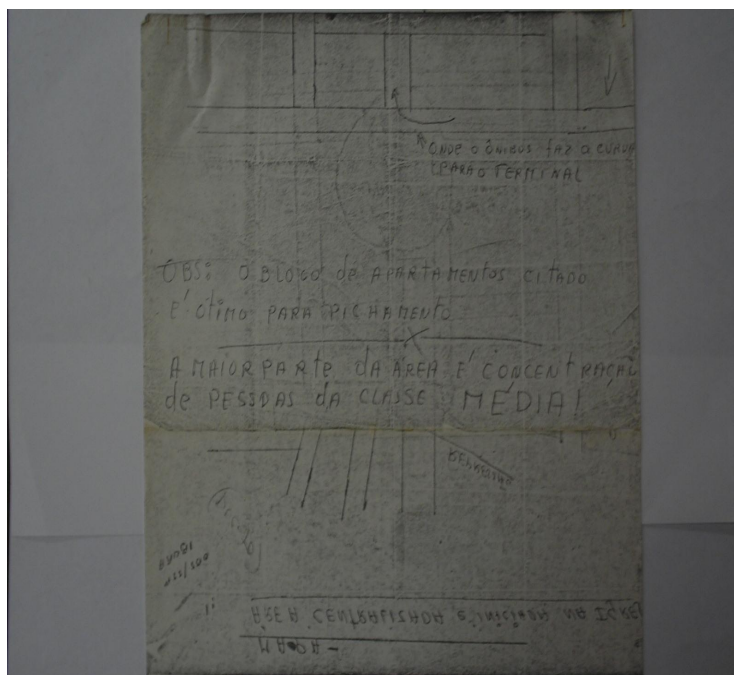


Figura 1⁸

Ressaltamos que, durante o período histórico pesquisado, essas atividades dispunham de algumas características diferentes das atuais, conforme o depoimento concedido por uma ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), M.A.A.S., que, dentre as suas ações, realizava pichações em espaços públicos.

Primeiro teve estudo né? A gente tinha que entender bem as questões teóricas e práticas daquele momento, então a gente estudava muito a questão da conjuntura e inicialmente eu fazia tarefas muito básicas feito panfletagens né e em datas importantes, tipo eleição, 1º de maio, essa coisa toda. Eu também participei é ... pichávamos muros, agora que na verdade [as pichações] eram bem diferentes de hoje, porque naquela época o simples fato de você pichar um muro já precisa de uma estrutura militar para dar cobertura, que era feito no caso pelos companheiros mais experientes da organização. (...) Geralmente eram carros, motoristas, mais duas pessoas armadas, geralmente de quatro ou cinco pessoas, tinham as pessoas que iam pra pichar o muro e as outras pagarem segurança.⁹

A partir do registro dessa memória, podemos perceber como essas atividades eram perigosas, tendo em vista a censura e a repressão militar. Devido ao risco iminente dos pichadores serem detidos em suas atividades, havia a necessidade de agirem em grupo e

armados, durante a madrugada. Para exercer as atividades de militância, era importante uma formação ideológica em defesa da causa da redemocratização brasileira. Geralmente as leituras eram pautadas no Marxismo. Dessa forma, pichar era uma das atividades de base dos multifacetados segmentos sociais existentes nesse momento histórico.

Logo a seguir, um documento revela como essas atividades também eram planejadas financeiramente e relacionadas com outras, possibilitando entender o cotidiano de militantes do PCBR. No primeiro item dessa lista de gastos, há um tópico concernente à aquisição de material para agitação, propaganda e sabotagem. Nele, consta o registro da compra de 10 latas de spray, material utilizado para realizar pichações, que serviam como instrumento propagandístico para divulgar as mensagens desse partido, defensor da luta armada. Constam ainda nesse tópico, a aquisição de: 20 resmas de papel, geralmente utilizados na reprodução de livros, jornais e panfletos, uma das principais atividades e a de maior gasto do tópico 1; 500 fura-pneus, utilizáveis em momentos de fuga da polícia política; e arame para bandeirola, outro tipo de propaganda. A aquisição de material para o curso de alfabetização é uma ação necessária para a formação ideológica de militantes. Ainda na lista, registram-se os custos com a infra-estrutura de reuniões; assistência a estudantes (maior custo); aquisição de munição; e salários para três profissionais de direção e um assessor.

	1. Aquisição de material para agitação, propaganda e sabotagem:	
	- 20 resmas de papel _____	200,00
	- Confecção de 500 fura pneus _____	100,00
nosso)	- Aquisição de 10 latas spray _____	100,00 (grifo
	- Aquisição de arame para 20 bandeirolas _____	10,00
	- Aquisição de material complementar para curso de alfabetização	50,00
		Cr\$ 460,00
	2. Montagem de infra-estrutura para reuniões:	
	(...)	160,00
	3. Assistência	
	(...)	850,00
	4. Aquisição de munições	
	(...)	350,00
	5. Salário p/ 3 profissionais de (direção) e 1 volante acessor	600,00
	1 - 460,00 2 - 160,00 3 - 850,00 4 - 350,00 5 - 600,00	2.420,00 10

Assim, esses sujeitos desempenhavam atividades múltiplas. Bastante visados pelo Estado, encontraram subterfúgios, mesmo na clandestinidade, para desempenhar as suas ações.

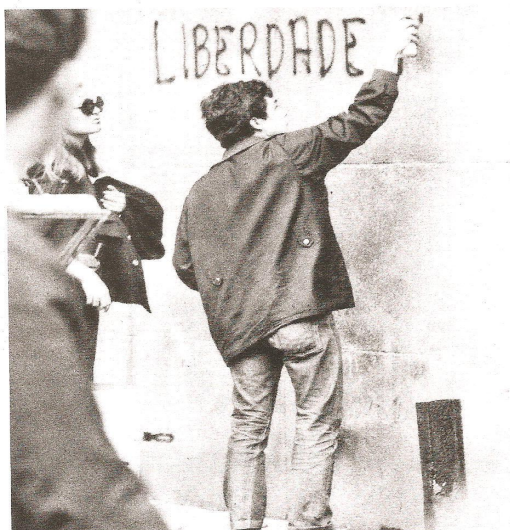
“OS ANOS DE CHUMBO”

Os anos 60 no mundo são recordados pelos diversos entraves sociais. Entre as formas de protesto, evidenciaram-se as pichações. Nos EUA, segmentos excluídos da sociedade, como: imigrantes, negros e porto-riquenhos picharam diversos espaços públicos com as suas *tags* (assinaturas em inglês), como forma de protestar e chamar a atenção da mídia e da população.

Já o ano de 1968, na França, repercutiu internacionalmente com o cenário que serviu de palco para a realização de pichações nos espaços públicos. Os protestos simbolizaram principalmente as lutas estudantis e as greves no país.

Essa mesma data marcou o Brasil pelas coercitivas ações do governo. O Ato Institucional nº 5 acentuou ainda mais o caráter ditatorial do governo, ao pôr em recesso o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas. O presidente Costa e Silva, dentre outras atitudes, passou a cassar mandatos eletivos e a suspender *habeas-corpus* de crimes considerados contra a segurança nacional. Evidentemente, a sociedade brasileira não se mostrou apática a essa situação, buscando lutar contra o Estado de diversas maneiras. Alguns segmentos optaram pela luta contra a ditadura por meio da luta armada, como foi o caso da ALN e do PCBR, ambos dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Outros por meio da cultura, como o Tropicalismo¹¹; por meio de greves sindicais; ou por protestos de rua, a exemplo da Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro.

A figura 2 registra o momento em que um grupo de sujeitos-leitores observa um pichador elaborar a sua inscrição na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, reivindicando liberdade no país. Ressaltamos que ele porta em seu bolso várias bolas de gude, que seriam arremessadas ao chão para derrubar a cavalaria. Uma outra forma de resistência.



Preparado para o embate: estudante picha a igreja da Calendária, no Rio, com o bolso cheio de bolas de gude que seriam espalhadas no asfalto para derrubar a cavalaria

Figura 2 12

Mediante muitas lutas, gradativamente e sob o controle do Estado, a Ditadura Civil-Militar vai chegando ao seu fim. As primeiras mudanças significativas aconteceram durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), com a extinção do AI-5 e das primeiras mobilizações para a aprovação da Lei da Anistia. Entretanto, o retorno à democracia ocorreu de forma mais efetiva durante o governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), no qual nossa pesquisa focou os seus estudos. Nesse último governo militar, a coerção, a censura e a violência contra os que reivindicavam um país melhor ainda persistiam em existir.

As formas de protesto eram múltiplas: jornais, legais e ilegais, distribuição de panfletos, músicas, assim como a realização de passeatas e pichações em espaços públicos. Essas escritas da cidade eram excelentes mecanismos de comunicação não institucionalizados, pois geralmente os locais escolhidos por seus autores eram os espaços públicos de grande fluxo de sujeitos-leitores. As representações dessas manifestações incutiam significativamente na população, mobilizando as massas a aderir e/ou apoiar a militância contra a ditadura.

Durante a luta pela redemocratização do país, a sociedade brasileira se organizou de diversas formas e por vários movimentos sociais: artistas, sindicatos, partidos políticos, estudantes universitários e secundaristas. O papel da Igreja Católica também foi fundamental para a obtenção dessa conquista, ao exigir, principalmente do Estado, o respeito às liberdades políticas e aos direitos humanos. Não podemos, no entanto, nos esquecer do forte apoio inicial de

grande parte de seus membros à implantação de um governo ditatorial no início dos anos 60 e de que, ainda nesse momento, não se podia falar em uma homogeneização de ideais, assim como os demais setores da sociedade, que desejavam ou não a permanência dos militares no poder.

Um caso bem interessante foi a pichação dos muros das principais igrejas católicas e da residência do então arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara. Os discursos dos jornais enfatizavam que essas escritas, associadas aos panfletos (correlação comum de atividades), expressavam a indignação de seu(s) autor(es), por divergirem da postura da Igreja que apoiava o crepúsculo da ditadura, ao denunciar as suas quimeras. Além disso, buscava-se prejudicar financeiramente essa instituição com essas mensagens.

Ao analisarmos o não-dito nessas produções discursivas, notamos que o autor da matéria do Diário de Pernambuco, ao adjetivar como humilde a casa do arcebispo e ao ressaltar que esses atos não obtiveram os resultados desejados, constrói subjetivamente a sensação de que essas inscrições em nada denegriram a imagem da instituição e de seu membro, apesar de terem os seus patrimônios indevidamente depredados:

A cidade amanheceu no sábado e no domingo com os muros de suas principais igrejas pichados com acusações ao comportamento da igreja em suas novas escaladas nos caminhos terrenos. Picharam também a humilde casa do arcebispo, dom Hélder Câmara, e distribuíram panfletos aos pais que tomam postura contra a Igreja, e aconselhando até que retirem os seus filhos de colégios religiosos. A julgar pelo ampliado comparecimento de fiéis no domingo, parece que as pichações e os conselhos tiveram efeito contrário. ¹³

O primeiro ano do governo de Figueiredo é lembrado pela recessão econômica e por fortes pressões populares: inúmeras greves em todo o Brasil, por melhores salários e condições de trabalho; reorganização da atuante União Nacional dos Estudantes (UNE); e aprovação da Lei da Anistia Política, condição *sine qua non* para o país pôr fim ao regime autoritário e para que retornasse ao país um expressivo contingente de exilados.

As pichações ilustradas no lado direito da figura 3 simbolizam importantes reivindicações, conforme veremos a seguir.

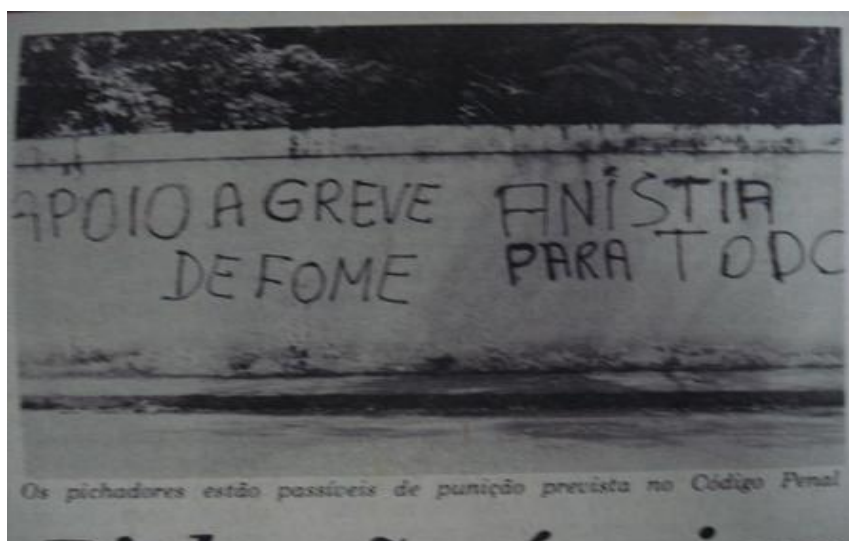


Figura 3 14

Nessas mensagens, percebemos a continuidade das lutas por uma anistia ampla, geral e irrestrita, pois, em 1979, não foram contemplados os envolvidos em crimes de sangue. Essa situação será invertida após muitas reivindicações e com outras leis que ampliaram o seu alcance. Com a Lei 10.559, de 13/11/2002, diversos militantes foram agraciados com reparações morais e danos materiais pelo Estado. Já a inscrição do lado esquerdo denuncia e apóia a existência de diversas greves de fome no Brasil; em Pernambuco, faz alusão provavelmente às greves existentes na penitenciária de Itamaracá.

Segundo Ronaldo Costa Couto (1998: 279-283)¹⁵, outra medida importante foi a extinção do bipartidarismo, em 1979, ampliando as possibilidades de representatividade política. O Estado proibiu, evidentemente, a legalização dos partidos comunistas, que ainda representavam uma ameaça aos militares. O ano de 1981, por exemplo, foi marcado pela explosão de bombas no Riocentro, na véspera da comemoração do Dia do Trabalhador, desgastando ainda mais a imagem do governo.

As eleições de 1980 foram adiadas para 1982, mas os brasileiros, finalmente, após tantos anos, poderiam votar em todos os níveis, exceto para presidente. A disputa foi acirrada e a propaganda era um importante veículo político. Dentre os principais instrumentos propagandísticos, utilizaram-se *outdoors*, cartazes e pichações. O seu uso incitou diversos conflitos políticos que iam além da dita poluição visual das cidades, pois os autores e/ou idealizadores dessas escritas buscavam se contrapor ao governo militar, na busca pela liberdade

de comunicação, tendo em vista a sua ilegalidade de acordo com a legislação vigente. O trecho da matéria abaixo, refere-se a sua aplicabilidade na cidade de Carazinho, no Rio Grande do Sul:

PORTO ALEGRE – Num prazo de dez dias, a partir de hoje, todos os partidos – PMDB, PDS, PDT e PT deverão limpar as pichações e retirar os cartazes dos seus candidatos das paredes e muros da cidade de Carazinho. Atendendo às reclamações da população, o juiz eleitoral Leonello Pedro Palludo decidiu aplicar a lei eleitoral e adverte: Quem desobedecer terá a sua candidatura suspensa. Os dirigentes partidários municipais estimam que os quatro partidos gastarão, no mínimo, Cr\$ 10 milhões para restaurar a cidade, inclusive esgotando os estoques de tinta e cal, sendo obrigados a recorrer ao comércio de Vieirinha, cidade de Passo Fundo. 16

Nesse local, todos os partidos e seus candidatos foram obrigados a limpar as pichações e retirar os cartazes dos muros. A estimativa do custo mínimo dessa atividade, Cr\$ 10 milhões, e a necessidade de recorrer aos estoques de tinta e cal de outras localidades fornecem informações que possibilitam ao sujeito-leitor da reportagem uma idéia do montante dessas escritas urbanas.

Devido à apresentação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, em 1983, a mobilização aumentou, com a proposta de eleições diretas para a presidência do Brasil. A campanha cresceu ainda mais em 1984, quando, em um comício na Praça da Sé, em São Paulo, contou com cerca de 400 mil pessoas.

Diante de tanto apelo e pressão social, o governo militar logo tomou suas precauções, decretou estado de emergência em Brasília e reprimiu duramente as mobilizações. Na noite de 25 de abril, novamente o sonho do retorno à democracia foi adiado, devido às articulações das forças conservadoras do PDS (Partido Democrático Social). Com isso, o presidente seria escolhido de novo indiretamente, só que, dessa vez, com um candidato civil, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, tendo como vice o senador e ex-presidente do PDS José Sarney. O país novamente entraria em pranto, pois Tancredo veio a falecer pouco tempo depois, sem ao menos tomar posse. Sarney assumiu interinamente a presidência do Brasil em 15 de março de 1985. É nesse contexto que o governo militar agoniza e chega ao seu fim, após muito sangue derramado e fortes manifestações que, entre outras vias, ocorriam por pichações que marcaram os espaços públicos da cidade de Recife.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O golpe civil-militar de 1964 implantado no Brasil foi articulado por segmentos civis e militares. Esse período, popularmente conhecido como “os anos de chumbo”, foi marcado pela coerção, vigilância e violência contra os sujeitos que sonhavam e lutavam por um país democrático, que proporcionasse melhores condições de vida à sua população.

Para atingir os seus objetivos, esses militantes reivindicaram de múltiplas formas, dentre elas, as pichações. Um eficiente instrumento de luta através de palavras, que simbolizaram um cotidiano brasileiro, nesse período repleto de ideologias, de angústias, de lutas e esperanças do fim de um Estado governado com “mãos de ferro” e “chumbo grosso”.

Ao longo de todo o período ditatorial, as escritas da cidade estiveram presentes em espaços públicos, em defesa do retorno à democracia e até mesmo pela continuidade desse tipo de governo. Prevaleceram os anseios em prol de um Brasil democrático, pondo fim aos “intermináveis” anos de uma ditadura que ainda tem resquícios nos dias atuais. As pichações, ainda hoje, têm muito a comunicar, não devendo ser consideradas como meros atos de vandalismo e de poluição visual, como são vistas, desde a Ditadura Civil-Militar, por boa parte da sociedade.

-
-
1. Concebemos os discursos como relações de saber e poder que são proferidos e/ou controlados de acordo com determinados objetivos. Para tanto, temos como referencial FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 11ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
 2. REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar** (quarenta anos depois). Bauru, SP: EDUSC, 2004.
 3. SILVA, Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Tese (Doutorado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2002.
 4. **BRASIL**: nunca mais. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
 5. SILVA, Marcília Gama da, *op. cit.*, p. 46.
 6. Diário de Pernambuco (DP), 09/03/1982, p.10.
 7. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento das prisões. 34ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 143.
 8. Mapa elaborado para realização de pichações s/d. Fundo SSP/DOPS/APEJE nº.1306. Prontuário Funcional do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).
 9. Depoimento concedido ao pesquisador Thiago Nunes Soares, em 17/05/2008. Optou-se pela não divulgação do nome da depoente.
 10. Lista de gastos do PCBR Recife s/d. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº.1306.
 11. NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira**: utopia e massificação (1950-1980). 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p.63-79.
 12. ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 10.
 13. DP, 29/08/1980, A2.
 14. DP, 10/03/1982, p. 10
 15. COUTO, Ronaldo Costa. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura-Brasil**: 1964-1985. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1998.
 16. DP, 13/10/1982, p. A3.